



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

*Junte-se aos procurados
respectivos em 11/03/2020.*


Waldir Bezerra Miranda
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

OFÍCIO SEI Nº 84/2020/ME

Brasília, 10 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Praça dos Três Poderes - Senado Federal - Edifício Principal, Ala Antônio Carlos Magalhães
70165-900 – Brasília- DF

Assunto: Solicita celeridade em Projetos de Lei, MP e PEC.

Referência: Processo nº 12100.100960/2020-81.

Senhor Presidente,

1. Considerando o agravamento da crise internacional em função da disseminação do Coronavírus e a necessidade de blindagem da economia brasileira, o Ministério da Economia propõe acelerar a pauta que vem conduzindo junto ao Congresso Nacional. Trata-se de matérias infraconstitucionais que já estão em tramitação e que são extremamente relevantes para resguardar a economia do país, aumentar a segurança jurídica para os negócios e atrair investimentos.

2. Os projetos prioritários são os seguintes:

a) Em tramitação na Câmara dos Deputados:

PL 6407/2013 – Nova Lei do Gás

PLP 149/2019 – Plano de Equilíbrio Fiscal

PLP 200/1989 – Autonomia do Banco Central

PL 5877/2019 – Privatização da Eletrobrás

PL 6229/2005 – Recuperação Judicial

PL 5387/2019 – Simplificação de Legislação de Câmbio

PL 3443/2019 – Governo Digital

PL 7316/2019 – Certificação Digital

PLP 295/2016 – Nova Lei de Finanças Públicas

PL 7063/2017 – Lei de Concessões

b) Em tramitação no Senado Federal:

PLS 232/2016 – Marco Legal do Setor Elétrico

PLS 261/2018 – Novo Marco Legal de Ferrovias

PL 3261/2019 – Marco Legal do Saneamento Básico

PL 3178/2019 – Alteração do Regime de Partilha

c) Em tramitação no Congresso Nacional:

MP 902/2019 – MP da Casa da Moeda

MP 905/2019 – MP Emprego Verde Amarelo

3. Da mesma forma, o Ministério da Economia reforça a necessidade de aprovação de reformas estruturais necessárias para que o país tenha contas equilibradas e que promovam a transformação do Estado brasileiro em favor da prestação de melhores serviços aos cidadãos. Nesse sentido, é preciso aprovar particularmente três PECs que já estão em tramitação no Senado Federal:

PEC 188/2019 – Pacto Federativo

PEC 197/2019 – Fundos Públicos

PEC 186/2019 – Emergencial

4. Dentro das reformas para a transformação do Estado, também é preciso realizar uma reforma administrativa cujo texto será encaminhado em breve pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

5. Em relação à reforma tributária, após a instalação da Comissão Mista que trata do assunto na semana passada, a equipe técnica do Ministério da Economia vem trabalhando para finalizar as contribuições do Poder Executivo. O objetivo é a construção de texto conciliatório com as propostas que já estão em tramitação no Congresso Nacional.

6. Além de todos esses projetos prioritários, há ainda um grande conjunto de propostas, em anexo, que tem sido discutido pelo Ministério da Economia com o Parlamento. São matérias importantes não somente para que o Brasil atravesse momentos como este, mas para que se prepare para desafios futuros.

7. O esforço para a aprovação, neste semestre, das matérias listadas acima tem a capacidade de proteger o Brasil da crise externa. A equipe econômica monitora atentamente a evolução dos cenários internacional e doméstico. Com a continuidade de reformas estruturais que o país precisa, será possível recuperar espaço fiscal suficiente para a concessão de outros estímulos à economia.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia**, em 10/03/2020, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6925664** e o código CRC **FDB7AA34**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@fazenda.gov.br

PL 10896/2018	Percentual Mínimo para ocupação de Cargo em Comissão por ser Servidores Públicos	CTASP, CCJC
PL 10720/2018	Novas Regras em Contratos com Organizações Sociais	CTASP, CFT, CCJC
PL 798/2019	Prevê Edição de Carta Anual de Estatais sobre seus Objetivos Públicos	CTASP, CDEICS, CFT, CCJC, Plenário
PLP 268/2016	Governança dos Fundos de Pensão	CSSF, CCJC, Plenário
PLP 494/2018	Lei de Responsabilidade Gerencial	CCJC – Plenário
PLP 504/2018	Plano de Revisão Periódica de Gastos	CTASP, CFT, CCJC, Plenário
PL 6726/2016	Regulamenta o Limite (Teto) Remuneratório	CESP, Plenário
PLP 295/2016	Nova Lei de Finanças Públicas	CESP, Plenário
PL 2289/2007	Aquisição de Terras por Estrangeiros	CESP, Plenário
PL 9248/2017	Depósitos Voluntários no Banco Central	CESP, Plenário

Senado Federal

Proposição	Tema	Tramitação
PLS 232/2016	Setor Elétrico	CAE, CCJ, CI (T)
PLS 261/2018	Regulamentação do Setor Ferroviário	CAE, CI, CCJ (T)
PL 1292/1995	Lei Geral de Licitações	
PEC 186/2019	Emergencial	CCJ, Plenário (2 turnos)
PEC 187/2019	Fundos	CCJ, Plenário (2 turnos)
PEC 188/2019	Pacto Federativo	CCJ, Plenário (2 turnos)
PL 3261/2019	Marco Legal do Saneamento Básico	CMA, CI, Plenário

Proposição	Tema	Tramitação
PLS 344/2017	Responsabilidade das Empresas Privadas por dano ao RGPS	CAE, CCJ (T)
PL 2963/2019	Venda de Terras para Estrangeiros	CAE, CRA, CCJ (T)
PLS 347/2018	Permissão da criação de Fundações Estatais de Direito Privado	CCJ, Plenário
PLS 156/2016	Regulamentação da fiscalização de fundações públicas	CCJ (T)
PL 5173/2019	Criação do Tesouro Verde (títulos pela preservação de vegetação nativa)	CRA, CMA, CCJ (T)
PL 3178/2019	Revoga direito de preferência da Petrobrás no regime de partilha	CI, CAE, CCJ (T)
PLP 41/2018	Metas e regras de concessão benefícios tributários para o Poder Público na LRF	CAE, CCJ, Plenário
PLS 116/2017	Gestão de Desempenho para servidores públicos	CAS, CCJ, Plenário

